

AÇÃO PENAL 1.629 DISTRITO FEDERAL

RELATOR	: MIN. ALEXANDRE DE MORAES
REVISOR	: MIN. NUNES MARQUES
AUTOR(A/S)(ES)	: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA
RÉU(É)(S)	: ARIOLDO RODRIGUES JUNIOR
ADV.(A/S)	: ANDRE MARCHI CAMPOS

VOTO

O SENHOR MINISTRO ALEXANDRE DE MORAES (RELATOR):

Trata-se de denúncia oferecida pela Procuradoria-Geral da República imputando ao investigado **ARIOLDO RODRIGUES JÚNIOR**, brasileiro, nascido em 26/12/1963, filho de Glauca de Arruda Rodrigues e Arioldo Rodrigues, CPF nº 248.923.602-44, residente na Rua Itália, nº 410, Jardim Paulistano, Americana/SP, a prática das condutas descritas nos arts. 286, parágrafo único (incitação ao crime), e 288, *caput* (associação criminosa), c/c. art. 69, *caput* (concurso material), todos do Código Penal.

De acordo com a peça acusatória, os fatos criminosos imputados circunscrevem-se aos delitos acima referidos, na medida em que o acusado se associou a outros manifestantes (réus em ações penais diversas, em curso perante esta Corte), em acampamento instalado em frente ao Quartel-General do Exército, localizado em Brasília/DF, com o objetivo de praticar crimes contra o Estado Democrático de Direito, passando a incitar, publicamente, animosidade das Forças Armadas contra os demais Poderes da República (eDoc. 1).

Em 17/3/2023, determinei a notificação do acusado para apresentar resposta prévia à denúncia (eDoc. 13).

Em 10/4/2023, foi apresentada a resposta prévia pela defesa constituída pelo réu, oportunidade na qual requereu, em síntese, a rejeição da peça acusatória e a absolvição sumário do acusado (eDoc. 17).

A Denúncia foi recebida pelo PLENÁRIO desta SUPREMA CORTE em Sessão Virtual Extraordinária de 9/5/2023 a 15/5/2023 (eDoc. 20).

AP 1629 / DF

Em 17/7/2023, a ação penal foi a mim distribuída (eDoc. 23) e, no dia 17/7/2023, determinei a citação do réu (eDoc. 24). Foi apresentada defesa prévia em 27/7/2023, ocasião na qual foi requerida a absolvição do denunciado e reiterados os termos da defesa prévia (eDoc. 30).

Ausentes as hipóteses de absolvição sumária previstas no art. 397 do Código de Processo Penal, designei audiência de instrução que foi realizada pelo Juiz Auxiliar deste Gabinete, Dr. André Salomon Tudisco, na data de 27/9/2024, ocasião na qual foi homologado o requerimento de desistência das 4 (quatro) testemunhas de acusação.

O réu foi devidamente intimado a participar da audiência de instrução (eDoc. 59, fl. 7), entretanto, na oportunidade, constatou-se sua ausência. O Juiz Auxiliar determinou o prosseguimento do ato, nos termos do artigo 367 do Código de Processo Penal e reconheceu o interrogatório como prejudicado (eDoc. 65).

Intimadas as partes em audiência para requerimento de diligências (art. 402 do Código de Processo Penal e art. 10 da Lei 8.038/90), não foram apresentados quaisquer pedidos pela Procuradoria-Geral da República (eDoc. 66) ou pela Defesa.

Em despacho de 22/10/2024, determinei a abertura de vista para a apresentação, sucessivamente, das alegações finais, nos termos do art. 11 da Lei 8.038/90 (eDoc. 74).

Em 8/11/2024, a Procuradoria-Geral da República apresentou os seguintes argumentos em alegações finais (eDoc. 90):

“A materialidade e a autoria delitivas foram comprovadas nos autos.

No ponto, o delito de associação criminosa tutela a paz pública e constitui crime formal, de consumação antecipada. Sua configuração ocorre quando um conjunto de ao menos três pessoas se reúne com a finalidade de praticar número indeterminado de crimes, que não precisam se consumar.

(...) ainda que não seja possível precisar o instante em que o terceiro sujeito aderiu ao grupo, associando-se para a prática

AP 1629 / DF

de crimes, é certo que referido momento ocorreu anteriormente a 8.1.2023, de modo que a incidência no tipo penal de associação criminosa prescinde da participação efetiva nos atos violentos verificados.

(...)

O delito de incitação ao crime, por sua vez, envolve a apologia pública de condutas criminosas, tendo como sujeito passivo a sociedade como um todo, por colocar em risco a segurança da coletividade. Sua consumação ocorre a partir da exteriorização da incitação com alcance público, com dolo livre e consciente. (...)

Nesse sentido, os atos praticados pelo réu resultaram em dano concreto à segurança nacional e ao regime representativo e democrático. A participação do acusado, de forma estável e permanente, no acampamento localizado em frente ao Quartel-General do Exército, incitando publicamente a prática de atos que buscavam a abolição do Estado Democrático de Direito e a destituição do governo legitimamente eleito, permitem o enquadramento de sua conduta nos termos do art. 286, parágrafo único, do Código Penal. O réu, assim, aderiu conscientemente à conduta daqueles que, de forma contínua, incitaram os atos que resultaram no 8.1.2023, razão pela qual não pode alegar ausência de dolo quanto ao resultado alcançado pelo grupo ao qual se associou.

No ponto, de forma a reiterar a sua adesão à finalidade antidemocrática, mesmo após os atos de 8.1.2023, o acusado permaneceu no acampamento montado em frente ao Quartel-General em Brasília, o que resultou em sua prisão em flagrante em 9.1.2023.”

Requereu, ao fim, a PROCEDÊNCIA da ação penal pública para “condenar o réu a prática das condutas penais de associação criminosa (art. 288, caput, do Código Penal) e incitação ao crime, na forma equiparada pela animosidade das Forças Armadas contra os Poderes Constitucionais (art. 286,

AP 1629 / DF

parágrafo único, do Código Penal), nos termos do art. 69, caput, do Código Penal (concurso material). ” (eDoc. 90).

Em 19/3/2025, a Defesa de **ARIOLDO RODRIGUES JÚNIOR** apresentou alegações finais, requerendo a improcedência da ação por insuficiência de provas e a revogação da prisão preventiva do réu. Ao final, formulou os seguintes requerimentos (eDoc. 113):

- “a) seja julgada totalmente improcedente a presente ação, com fundamento no artigo 386, inciso VII, do Código de Processo Penal.
- b) seja revogada a prisão preventiva do Réu, diante da ausência dos requisitos previstos no artigo 312, do Código de Processo Penal para sua manutenção.
- c) alternativamente, em caso de condenação, sejam as penas fixadas no mínimo legal e o regime aberto determinado para cumprimento. Ausente qualquer pedido do Ministério Público Federal, tanto na denúncia como nas alegações finais e, diante da ausência de parâmetro, que não seja fixado qualquer valor de indenização.
- d) Seja aplicada a detração, prevista no artigo 387, § 2º, do Código de Processo Penal”.

1. CONTEXTO DOS CRIMES MULTITUDINÁRIOS: ASSOCIAÇÃO CRIMINOSA (ART. 288, CAPUT, DO CÓDIGO PENAL) E INCITAÇÃO AO CRIME, EQUIPARADA PELA ANIMOSIDADE DAS FORÇAS ARMADAS CONTRA OS PODERES CONSTITUCIONAIS (ART. 286, PARÁGRAFO ÚNICO, DO CP) – COAUTORIA DE ARIOLDO RODRIGUES JÚNIOR .

O Ministério Público imputou ao denunciado **ARIOLDO RODRIGUES JÚNIOR** as condutas de associação criminosa (art. 288, *caput*, do CP) e incitação ao crime, equiparada pela animosidade das Forças Armadas contra os Poderes Constitucionais (art. 286, parágrafo

AP 1629 / DF

único, do CP), nos termos do art. 69, *caput*, do CP (concurso material), narrando de forma clara, expressa e precisa, o contexto no qual inseridos os eventos criminosos multitudinários.

O Ministério Público sustenta, em alegações finais, a plena caracterização dos delitos multitudinários na presente hipótese, afirmado, em apartada síntese, que os crimes cometidos pelo réu foram resultado da união de indivíduos com o objetivo de abolir violentamente o Estado Democrático de Direito e de realizar um golpe de Estado.

A associação criminosa, com propósito ilegal amplamente conhecido por seus membros desde o início, incentivava as Forças Armadas a tomar o poder sob a alegação de fraude eleitoral e de exercício arbitrário dos poderes constituídos.

O PLENÁRIO do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, nos julgamentos de mérito das APs 1.060, 1.502, 1.183 (j. Plenário 13/9/2023 e 14/9/2023), 1.109, 1.413, 1.505 (j. SV 16/9/2023 a 2/10/2023), 1.116, 1.171, 1.192, 1.263, 1.498, 1.416 (j. SV 6/10/2023 a 16/10/2023), 1.065, 1.069, 1.090, 1.172, 1.091 (j. SV 17/11/2023 a 24/11/2023), de minha relatoria, definiu que a hipótese dos atos antidemocráticos de 8/1/2023 ocorreu em associação criminosa e no contexto de crimes multitudinários ou de multidão.

Como ensinado por NILO BATISTA,

“De índole completamente diversa é a hipótese do chamado crime multitudinário: parte aqui o legislador (art. 65, inc. III, al. e) de noções produzidas pela criminologia positivista a respeito de influências desinibidoras e ativantes que a multidão em tumulto teria sobre o indivíduo; (...) Os crimes plurissubjetivos admitem a participação, devendo-se observar que qualquer auxílio ao fato converte o cúmplice em autor direto” (Concurso de agentes – uma investigação sobre os problemas da autoria e da participação no direito penal brasileiro. 2ºed – São Paulo: Editora Lumen Juris, 2004).

AP 1629 / DF

No mesmo sentido, os ensinamentos de JULIO FABBRINI MIRABETE:

“é possível o cometimento de crime pela multidão delinquente, como nas hipóteses de linchamento, depredação, saque etc. Responderão todos os agentes por homicídio, dano, roubo, nesses exemplos, mas terão as penas atenuadas aqueles que cometerem o crime sob a influência de multidão em tumulto, se não o provocaram (art. 65, III, e). A pena, por sua vez, será agravada para os líderes, os que promoveram ou organizaram a cooperação no crime ou dirigiram a atividade dos demais agentes (art. 62, I)”. (Manual de Direito Penal: parte geral: arts. 1º a 120 do CP – volume 1/ Julio Fabbrini Mirabete, Renato N. Fabbrini – 34. Ed. – São Paulo, Atlas, 2019,página 234).

Trata-se do mesmo posicionamento do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL em relação aos requisitos necessários para a tipificação dos crimes multitudinários ou de autoria coletiva, pois, ao analisar hipótese de crime de dano qualificado imputado a diversas pessoas pelo fato de haverem depredado as instalações de delegacia policial, em protesto contra a posse de novo titular, decidiu:

“nos crimes multitudinários, ou de autoria coletiva, a denúncia pode narrar genericamente a participação de cada agente, cuja conduta específica é apurada no curso do processo desde que se permita o exercício do direito de defesa” (HC 7.3638, Rel. Min. MAURÍCIO CORRÊA, Julgamento: 30/4/1996, Publicação: 7/6/1996).

Nesse mesmo sentido: HC 75.868, Rel. Min. MAURÍCIO CORRÊA,

AP 1629 / DF

Segunda Turma, julgado em 10/2/1998, DJ 06-06-2003; HC 73.638, Rel. Min. MAURÍCIO CORRÊA, Segunda Turma, julgado em 30/4/1996, DJ 07-06- 96); HC 71.899, Rel. Min. MAURÍCIO CORRÊA, Segunda Turma, julgado em 4/4/1995, DJ 02-06-95). É o mesmo entendimento do Superior Tribunal de Justiça, ao afirmar que:

“(...) não é inepta a denúncia, nem se reveste de qualquer vício a sentença condenatória nela baseada, se, em se tratando de crime multitudinário, não se descreve a conduta individualizada de cada participante da quadrilha” (REsp n. 128.875/RJ, Rel. Min. Anselmo Santiago, Sexta Turma, julgado em 16/12/1997, DJ de 29/6/1998, p. 340.)

Nesse sentido, destaco o voto do Ministro CRISTIANO ZANIN (AP 1060, de minha relatoria, Sessão Plenária de 13/9/2023):

Essa forma de praticar crimes, especialmente na era da internet, está sendo estudada nos mais diversos países e causa enorme inquietude. Tais estudos nos oferecem a ideia de que os crimes praticados por multidões em tumulto indicam a presença de uma espécie de contágio mental que transforma os aderentes em massa de manobra. De fato, uma análise multidisciplinar do tema mostra que no caso das multidões em tumulto diversos fenômenos psicológicos entram em ação para criar uma ideia de sugestionabilidade: os componentes da turba passam a exercer uma enorme influência recíproca, desencadeando um efeito manada, apto a gerar o que se chama de desindividualização (ou perda das características individuais), que pode levar à prática de atos ilícitos de enorme gravidade.

No mesmo sentido votou o Ministro LUIZ FUX:

Eu fiz algumas anotações, Senhora Presidente, porque, no meu modo de ver, bastaria acompanhar o voto do Relator, de que

AP 1629 / DF

efetivamente nós estamos diante de um crime multitudinário. Esses delitos foram praticados por uma multidão espontaneamente organizada no sentido de um comportamento comum contra pessoas e coisas. Eles têm as suas características. O agrupamento de pessoas foi organizado de forma espontânea - falou-se em Festa da Selma -, há liderança e organicidade, que estão sendo apuradas por sua Excelência o Ministro Alexandre de Moraes, e foram impulsionadas pela emoção e pelo tumulto com um objetivo comum.

Igualmente votou a então Presidente da CORTE, Ministra ROSA WEBER:

Com efeito, sobressai do inventário probatório: (i) agrupamento humano armado, dotado de estabilidade e permanência, (ii) reunido, mediante prévio concerto engendrado nas plataformas de social media, (iii) para praticar uma série indefinida de crimes, (iv) materializados nos ataques ao patrimônio da União e a inúmeros bens tombados, bem como na tentativa de abolir o Estado Democrático de Direito impedindo ou restringindo o exercício dos poderes constitucionais e de depor o governo legitimamente constituído, expõe a presença dos elementos que compõem a estrutura normativo-típica dos crimes (contra o patrimônio público e contra as instituições democráticas) reportados na peça acusatória.

Dessa maneira, assiste inteira razão ao Ministério Público em relação a coautoria em crimes multitudinários praticada por ARIOLDO RODRIGUES JÚNIOR aos crimes de associação criminosa e incitação ao crime, equiparada pela animosidade das Forças Armadas contra os Poderes Constitucionais, no contexto dos crimes multitudinários, pois em crimes dessa natureza, a individualização detalhada das condutas encontra barreiras intransponíveis pela própria característica coletiva da conduta, não restando dúvidas, contudo, de que TODOS contribuem para o resultado, eis que se trata de uma ação conjunta, perpetrada por inúmeros agentes, direcionada ao mesmo fim, conforme já reconhecido

**AP 1629 / DF
pelo PLENÁRIO do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL no momento do
recebimento da denúncia:**

Ementa: PENAL E PROCESSO PENAL. INQUÉRITOS DOS ATOS DO DIA 8/1/2023. DENÚNCIA APTA. OBSERVÂNCIA DOS ARTIGOS 41 E 395 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. PRESENÇA DE JUSTA CAUSA PARA A AÇÃO PENAL. NARRATIVA CLARA E EXPRESSA QUE SE AMOLDA À DESCRIÇÃO TÍPICA DOS CRIMES MULTITUDINÁRIOS OU DE AUTORIA COLETIVA IMPUTADOS. EXISTÊNCIA DE PROVA DA MATERIALIDADE E INDÍCIOS DE AUTORIA. DENÚNCIA RECEBIDA.

(...)

5. Presentes os requisitos do artigo 41 do Código de Processo Penal e a necessária justa causa para a ação penal (CPP, art. 395, III), analisada a partir dos seus três componentes: tipicidade, punibilidade e viabilidade, de maneira a garantir a presença de um suporte probatório mínimo a indicar a legitimidade da imputação, sendo traduzida na existência, no inquérito, de elementos sérios e idôneos que demonstrem a materialidade do crime e de indícios razoáveis de autoria.

6. Acusação coerente na exposição dos fatos criminosos, com todas as suas circunstâncias, a qualificação do acusado, a classificação do crime e o rol das testemunhas permitindo ao acusado a compreensão da imputação e, consequentemente, o pleno exercício do seu direito de defesa, como exigido por esta SUPREMA CORTE. Precedentes.

(INQ 4.921 RD-quingentésimo quadragésimo primeiro, Rel. Min ALEXANDRE DE MORAES, Plenário, Sessão Virtual Extraordinária de 9/5/2023 a 16/5/2023)

As coautorias nos crimes de associação criminosa (CP, art. 288, *caput*) e incitação ao crime equiparada pela animosidade das Forças

AP 1629 / DF

Armadas contra os Poderes Constitucionais (CP, art. 286, parágrafo único), em situações absolutamente idênticas, FORAM CONFESSADAS por, ao menos, 529 réus que encontram-se na mesma situação de ARIOLDO RODRIGUES JÚNIOR e realizaram ANPP - Acordo de Não Persecução Penal - com a Procuradoria-Geral da República, comprometendo-se a:

- (i) prestar serviços à comunidade ou a entidades públicas, pelo total de 150 (cento e cinquenta) horas;
- (ii) participar presencialmente de curso com a temática sobre Democracia, Estado de Direito e Golpe de Estado, com carga horária de 12 (doze) horas;
- (iii) abster-se de participar de redes sociais abertas;
- (iv) cessar todas as práticas delitivas objeto da presente ação penal, não sendo processado por outro crime ou contravenção penal; e
- (v) adimplir prestação pecuniária, cujo valor foi fixado em, até, R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).

Não há dúvidas, portanto, sobre a consumação dos delitos praticados em co-autoria por ARIOLDO RODRIGUES JÚNIOR .

2. ASSOCIAÇÃO CRIMINOSA (ART. 288, *CAPUT*, DO CÓDIGO PENAL)

Dispõe a norma penal do artigo 288, *caput*, do Código Penal:

Associação Criminosa

Art. 288. Associarem-se 3 (três) ou mais pessoas, para o fim específico de cometer crimes:

Pena - reclusão, de 1 (um) a 3 (três) anos.

AP 1629 / DF

O Ministério Público, em suas alegações finais, sustenta que, embora não seja possível precisar o momento exato em que houve a adesão, ou a associação, para a prática de crimes, é certo que ela se deu anteriormente ao dia 8 de janeiro de 2023.

O acampamento montado em frente aos Quartéis-Gerais, mais especificamente o situado em Brasília/DF, apresentava uma complexa e engenhosa organização, demonstrando a estabilidade e a permanência da associação, pressuposto do tipo objetivo.

Conforme demonstrado pela PGR, o propósito criminoso era plenamente difundido e conhecido anteriormente, tendo em vista que os manifestantes insuflavam as Forças Armadas à tomada do poder.

Há diversos registros, inclusive, como apontado pela PGR, sobre a estrutura e a organização observadas no acampamento montado no QGEx, comprovando a materialidade do delito de associação criminosa, conforme detalhado nas alegações finais apresentadas pelo Ministério Público:

“No ponto, o delito de associação criminosa tutela a paz pública e constitui crime formal, de consumação antecipada. Sua configuração ocorre quando um conjunto de ao menos três pessoas se reúne com a finalidade de praticar número indeterminado de crimes, que não precisam se consumar. O verbo núcleo do tipo “associar” faz referência a uma reunião não eventual de pessoas, de modo que, para a configuração do tipo, é fundamental que um caráter relativamente duradouro seja verificado no agrupamento.

A consumação do crime é verificada no momento em que ocorre a integração do terceiro sujeito ao grupo, bastando, portanto, que seja praticada a conduta prevista no núcleo do tipo (associar-se), tendo por propósito o fim específico de cometer crimes. No ponto, ainda que não seja possível precisar o instante em que o terceiro sujeito aderiu ao grupo, associando-se para a prática de crimes, é certo que referido

AP 1629 / DF

momento ocorreu anteriormente a 8.1.2023, de modo que a incidência no tipo penal de associação criminosa prescinde da participação efetiva nos atos violentos verificados.

Referida conclusão é confirmada pelo fato de o acampamento montado em frente ao Quartel-General do Exército possuir complexa organização, com distribuição das tendas em setores específicos, destinadas à cozinha e despensa, a medicamentos e atendimento médico, e ao fornecimento de energia por geradores. A presença de acesso à internet, informações, local para realização de cultos religiosos e diversas outras organizações internas afasta a tese de ausência de estabilidade e permanência da associação formada.

O insuflamento à abolição violenta do Estado Democrático de Direito e ao golpe de Estado ocorreu de forma constante e reiterada, com a incitação pública à prática de crimes pelos associados, culminando nos crimes multitudinários de 8.1.2023.

A associação atuava dolosamente, unida pelo vínculo subjetivo. No ponto, deve ser anotado não ser necessário, para a configuração do vínculo subjetivo, que os agentes se conheçam, bastando a ação por imitação ou sugestão. Referida sugestão deflagradora do comportamento multitudinário iniciou-se antes mesmo de 8.1.2023, sob a forma de instigação, replicada instantaneamente por meio de aplicativos de mensagens e redes sociais, almejando a insurgência popular. O fluxo de mensagens e materiais difundidos para arregimentar o grupo fazia expressa referência aos propósitos de “tomada de poder”, em uma investida que “não teria dia para acabar”. Não há que se cogitar, assim, de uma mera manifestação pacífica.

No mesmo sentido, não é exigido que a conduta de todos seja idêntica, desde que se insira na linha de desdobramento causal dos fatos típicos puníveis. No ponto, a instrução probatória comprovou que o réu se aliou subjetivamente à associação criminosa (consciência da colaboração e voluntária adesão), com estabilidade e permanência, objetivando a prática das figuras típicas imputadas (finalidades compartilhadas),

AP 1629 / DF

sendo o resultado produto de uma obra comum. Não há que se falar, portanto, em individualização insuficiente da conduta.

Nesse sentido, não importa se a adesão foi anterior ou concomitante à execução do delito, mas, sim, que a conduta praticada por cada agente influencie no resultado criminoso, como ocorreu na espécie. De fato, ainda que o réu tenha chegado ao acampamento em momento posterior à sua criação, o mero fato de ter aderido subjetivamente ao propósito ilícito difundido pela estrutura é suficiente para a configuração do tipo penal.

Quanto ao vínculo de natureza psicológica (subjetiva), importa consignar que são puníveis os agentes que agem e concorrem, voluntária e conscientemente, para produzir a obra comum. Não se exige, porém, prévio acordo ou entendimento recíproco, bastando que as vontades ou representações do resultado estejam encadeadas por meio de um liame de ordem subjetiva. Da análise dos autos, é possível reconhecer que o grupo criminoso, e especificamente o réu, agia com o conhecimento de que cada interveniente concordaria com a ação de outrem, tendo ciência, ainda, de que contribuía para configurar o fato.

No ponto, as circunstâncias do acampamento, sua estrutura e viés antidemocrático impedem a tese de que o réu não se teria associado com o propósito de cometer crimes. Ao revés, com relação aos atos criminosos praticados, é inegável a vinculação psicológica dos integrantes da associação, o que é demonstrado pela existência de agrupamento permanente, estável e organizado, com estrutura física montada, em que ideias atentatórias ao Estado Democrático de Direito e aos Poderes Constituídos eram amplamente difundidas.”

Sobre os tipos penais imputados ao acusado, o Ministério Público prosseguiu, ressaltando que o crime de associação criminosa, ao tutelar a paz pública, é crime formal de consumação antecipada, configurado

AP 1629 / DF

quando três ou mais pessoas se reúnem com a intenção de cometer crimes indeterminados, os quais independem da efetiva consumação.

A associação deve ser duradoura, e o crime se consuma com a adesão do terceiro membro ao grupo, desde que o propósito seja cometer crimes.

Destaca-se, ainda, que a complexa organização do acampamento em frente ao Quartel-General do Exército, com setores específicos para diversas necessidades, demonstra a estabilidade e permanência ínsitos da associação criminosa, o que é o suficiente para a necessária subsunção do fato à norma, em juízo de materialidade delitiva.

Colhe-se, por outro lado, da ampla instrução processual levada a efeito, assim como da manifestação ministerial, que a incitação à abolição do Estado Democrático de Direito e ao golpe de Estado eram constantes, de modo a culminar, inclusive, nos crimes cometidos no fatídico 8 de janeiro de 2023.

Tem-se, ainda, que a associação criminosa atuava dolosamente, unida por um vínculo subjetivo de sugestão, não se exigindo que todos os agentes se conhecessem, haja vista que as ações, no contexto dos crimes imputados, ocorrem por imitação ou sugestão. Certo é, aliás, que a instigação catalisadora da associação criminosa iniciou-se em data anterior a 8 de janeiro de 2023, por meio de mensagens e redes sociais, com a conclamação popular pela tomada do poder.

No caso dos autos, consoante já destacado, a prova produzida demonstrou que o réu associou-se voluntariamente à associação criminosa com estabilidade e permanência, visando às finalidades ilícitas compartilhadas. A adesão do réu ao propósito ilícito da associação é suficiente para a configuração do crime, independentemente do momento em que se fixou no acampamento.

O vínculo subjetivo (psicológico) implica que todos os agentes, agindo voluntaria e conscientemente, contribuem para o resultado criminoso. Não é necessário prévio acordo, bastando o encadeamento das vontades. A análise dos autos confirma, em suma, que o grupo agia com

AP 1629 / DF

conhecimento mútuo das ações e consequências.

Registre-se, nesse contexto, trecho de voto da Ministra Rosa Weber, na AP 1.060 (Sessão Plenária de 13/9/23), elucidativo dos elementos aptos a configurar o crime de associação criminosa:

Com efeito, sobressai do inventário probatório: (i) agrupamento humano armado, dotado de estabilidade e permanência, (ii) reunido, mediante prévio concerto engendrado nas plataformas de social media, (iii) para praticar uma série indefinida de crimes, (iv) materializados nos ataques ao patrimônio da União e a inúmeros bens tombados, bem como na tentativa de abolir o Estado Democrático de Direito – impedindo ou restringindo o exercício dos poderes constitucionais – e de depor o governo legitimamente constituído, expõe a presença dos elementos que compõem a estrutura normativo-típica dos crimes (contra o patrimônio público e contra as instituições democráticas) reportados na peça acusatória.

Em seu interrogatório policial, o acusado **ARIOLDO RODRIGUES JÚNIOR confirmou** ter saído da cidade de Americana/SP, para participar de manifestações na cidade de Brasília/DF, chegando ao acampamento em frente ao Quartel-General do Exército no dia 7/1/2023, às 13h, onde permaneceu até o dia 9 de janeiro de 2023, quando foi preso pela Polícia Federal, conforme o auto de qualificação e interrogatório firmado no ato da lavratura do auto de prisão em flagrante (eDoc. 2, fl. 1).

A confissão do réu é corroborada por, ao menos, 529 réus coautores dos crimes que, igualmente, confessaram a mesma conduta e firmaram ANPPs com a Procuradoria-Geral da República, devidamente homologados por este SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.

Nesse contexto, inclusive, destaque-se as fotografias juntadas na

AP 1629 / DF

denúncia que demonstram uma estrutura bem organizada, com barracas, lonas, água, geradores e carregadores de celular.



Consoante já ressaltado, a análise das condutas perpetradas não pode ser dissociada da associação criminosa que acarretou na barbárie presenciada no dia 8 de janeiro de 2023, na Praça dos Três Poderes, sendo de se destacar que o bando golpista encontrava-se extremamente

AP 1629 / DF

organizado e com tarefas bem definidas, cabendo ao acusado, no caso, a permanência junto ao acampamento golpista de modo a incitar a prática de crimes por terceiras pessoas, assim como a animosidade entre as Forças Armadas e os Poderes Republicanos devidamente constituídos, sendo o que basta para a materialidade dos delitos de associação criminosa e incitação ao crime.

Verifica-se, portanto, o intuito comum à atuação da horda golpista, extremamente organizada e efetiva do acusado **ARIOLDO RODRIGUES JÚNIOR** ao se credenciar para fazer parte do acampamento montado em frente ao Quartel-General do Exército, em Brasília/DF.

Na presente ação penal, portanto, constata-se a comprovação, acima de qualquer dúvida razoável, da aderência do acusado à turba golpista, apta a comprovar seu elemento subjetivo do tipo – DOLO – para a prática do crime imputado pela Procuradoria-Geral da República e previsto no artigo 288, *caput*, do Código Penal (associação criminosa).

A conclusão referida é reforçada pelo fato de que, mesmo após o dia 8 de janeiro de 2023, o acusado **ARIOLDO RODRIGUES JÚNIOR**, permanecia no acampamento golpista, montado em frente ao Quartel-General do Exército, de modo a manter vivo o movimento desordeiro e a busca por um golpe de Estado, até sua detenção pela Polícia Militar do Distrito Federal.

Diante de todo o exposto, CONDENO o réu ARIOLDO RODRIGUES JÚNIOR pela prática do crime previsto no art. 288, *caput*, do Código Penal (associação criminosa).

3. INCITAÇÃO AO CRIME EQUIPARADA PELA ANIMOSIDADE DAS FORÇAS ARMADAS CONTRA OS PODERES CONSTITUCIONAIS (ART. 286, PARÁGRAFO ÚNICO, DO CÓDIGO PENAL).

Dispõe a norma penal:

AP 1629 / DF

Incitação ao crime

Art. 286 – Incitar, publicamente, a prática de crime:

Pena - detenção, de três a seis meses, ou multa.

Parágrafo único. Incorre na mesma pena quem incita, publicamente, animosidade entre as Forças Armadas, ou delas contra os poderes constitucionais, as instituições civis ou a sociedade.

A previsão constitucional do Estado Democrático de Direito consagra a obrigatoriedade de o País ser regido por normas democráticas, com observância da Separação de Poderes, bem como vincula a todos, especialmente as autoridades públicas, ao absoluto respeito aos direitos e garantias fundamentais, com a finalidade de afastamento de qualquer tendência ao autoritarismo e à concentração de poder.

A CONSTITUIÇÃO FEDERAL não permite a propagação de ideias contrárias à ordem constitucional e ao ESTADO DEMOCRÁTICO (CF, artigos 5º, XLIV, e 34, III e IV), tampouco a realização de manifestações públicas visando à ruptura do ESTADO DE DIREITO, através da extinção das cláusulas pétreas constitucionais, dentre elas a que prevê a Separação de Poderes (CF, artigo 60, § 4º), com a consequente instalação do arbítrio.

Não é qualquer manifestação crítica que poderá ser tipificada pela presente imputação penal, pois a liberdade de expressão e o pluralismo de ideias são valores estruturantes do sistema democrático, merecendo a devida proteção. A livre discussão, a ampla participação política e o princípio democrático estão interligados com a liberdade de expressão, tendo por objeto não somente a proteção de pensamentos e ideias, mas também opiniões, crenças, realização de juízo de valor e críticas a agentes públicos, no sentido de garantir a real participação dos cidadãos na vida coletiva.

Contudo, tanto são inconstitucionais as condutas e manifestações que tenham a nítida finalidade de controlar ou mesmo aniquilar a força

AP 1629 / DF

do pensamento crítico, indispensável ao regime democrático, quanto aquelas que pretendam destruí-lo, juntamente com suas instituições republicanas, pregando a violência, o arbítrio, o desrespeito à Separação de Poderes e aos direitos fundamentais, em suma, pleiteando a tirania, o arbítrio, a violência e a quebra dos princípios republicanos, como se verifica pelas manifestações criminosas ora imputadas ao denunciado.

Não existirá um ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO sem que haja Poderes de Estado, independentes e harmônicos entre si, bem como previsão de Direitos Fundamentais e instrumentos que possibilitem a fiscalização e a perpetuidade desses requisitos; consequentemente, a conduta por parte do réu revela-se gravíssima e corresponde aos preceitos primários estabelecidos nos indigitados artigos do nosso Código Penal.

O teor do movimento golpista que culminou nos ataques aos edifícios-sede dos Poderes variava entre ataques antidemocráticos às instituições constituídas, em especial ao Poder Judiciário, com reiterados pedidos de fechamento do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL e do TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL e a conclamação das Forças Armadas para que promovessem uma intervenção militar, e a deposição do Governo legitimamente eleito.

Trata-se do tipo penal inserido pela Lei 14.197/21 que abriu novo Título no Código Penal com vistas a proteger o bem jurídico previsto no artigo vestibular da Constituição e objeto de mandado de criminalização previsto no seu art. 5º, XLIV. Isso porque os Crimes contra o Estado Democrático de Direito trazem uma noção de proteção de bem jurídico fundamental e não simplesmente a tutela da segurança nacional.

O tipo penal consagra um instrumento protetivo do Estado Democrático de Direito, como ensina GUILHERME DE SOUZA NUCCI:

“(...) o Estado Democrático de Direito precisa contar com instrumentos legais para combater atividades ilegais, que considerem meios alternativos e violentos para chegar ao

AP 1629 / DF

poder. Por isso, para assegurar a soberania, o poder nas mãos do povo, exercido pelo pluralismo político, além de garantir a defesa da paz, repudiando atos de grupos armados avessos à democracia". (Código Penal Comentado, 23^a Ed., Rio de Janeiro: Forense, 2023, p. 1503).

A legislação estabeleceu a tipificação desse crime, como absolutamente necessário à preservação do Estado Democrático de Direito e de suas Instituições previstas na Constituição Federal, como bem ressaltado nas alegações finais apresentadas pela Procuradoria-Geral da República:

"O delito de incitação ao crime, por sua vez, envolve a apologia pública de condutas criminosas, tendo como sujeito passivo a sociedade como um todo, por colocar em risco a segurança da coletividade. Sua consumação ocorre a partir da exteriorização da incitação com alcance público, com dolo livre e consciente. A incitação pública de animosidade entre as Forças Armadas, ou delas contra os Poderes Constitucionais, as instituições civis ou a sociedade, deve ter potencialidade para alcançar o resultado almejado, para que, então, possa ser gerada a responsabilização.

Referida potencialidade é demonstrada pelo fato de que o movimento ao qual o réu aderiu possuía significativo grau de lesividade, ao clamar por uma ruptura constitucional que resultasse em tomada de poder pelas Forças Armadas. Tamanho movimento, iniciado na propagação de mensagens de teor antidemocrático por meio de redes sociais e que tomou forma concreta na montagem de acampamento em frente ao Quartel-General do Exército em Brasília, foi elemento essencial na sequência de eventos que resultaram no 8.1.2023. De fato, o cenário de destruição registrado em 8.1.2023 não prescindiu de apoio físico e intelectual fornecido pela incitação ao crime constante verificada no acampamento.

AP 1629 / DF

Nesse sentido, os atos praticados pelo réu resultaram em dano concreto à segurança nacional e ao regime representativo e democrático. Na espécie, a participação do réu, de forma estável e permanente, no acampamento localizado em frente ao Quartel-General do Exército, incitando publicamente a prática de atos que buscavam a abolição do Estado Democrático de Direito e a destituição do governo legitimamente eleito, permitem o enquadramento de sua conduta nos termos do art. 286, parágrafo único, do Código Penal. O réu, assim, aderiu conscientemente à conduta daqueles que, de forma contínua, incitaram os atos que resultaram no 8.1.2023, razão pela qual não pode alegar ausência de dolo quanto ao resultado alcançado pelo grupo ao qual se associou.

No ponto, de forma a reiterar a sua adesão à finalidade antidemocrática, mesmo após os atos de 8.1.2023, o réu permaneceu no acampamento montado em frente ao Quartel-General em Brasília, o que resultou em sua prisão em flagrante em 9.1.2023.”

O Ministério Público narra, ainda, que, entre outros crimes, os manifestantes, por meio de cartazes e *banners* pretendiam criar clima de animosidade e desconfiança das Forças Armadas em relação ao demais Poderes Republicanos, incluindo o governo legitimamente constituído. Isso porque do fluxo de mensagens e materiais difundidos das redes sociais fica claro que a intenção não era apenas impedir o exercício dos Poderes constituídos, mas a “*tomada de poder*”, em uma investida que “*não teria dia para acabar*”.

O acusado **ARIOLDO RODRIGUES JÚNIOR** foi detido e conduzido à Polícia Federal, em 9 de janeiro de 2023, no interior do acampamento montado em frente ao Quartel General do Exército em Brasília.

Destaca-se que o réu, assim como diversas outras pessoas, se encontrava em um acampamento situado em frente ao Quartel-General

AP 1629 / DF

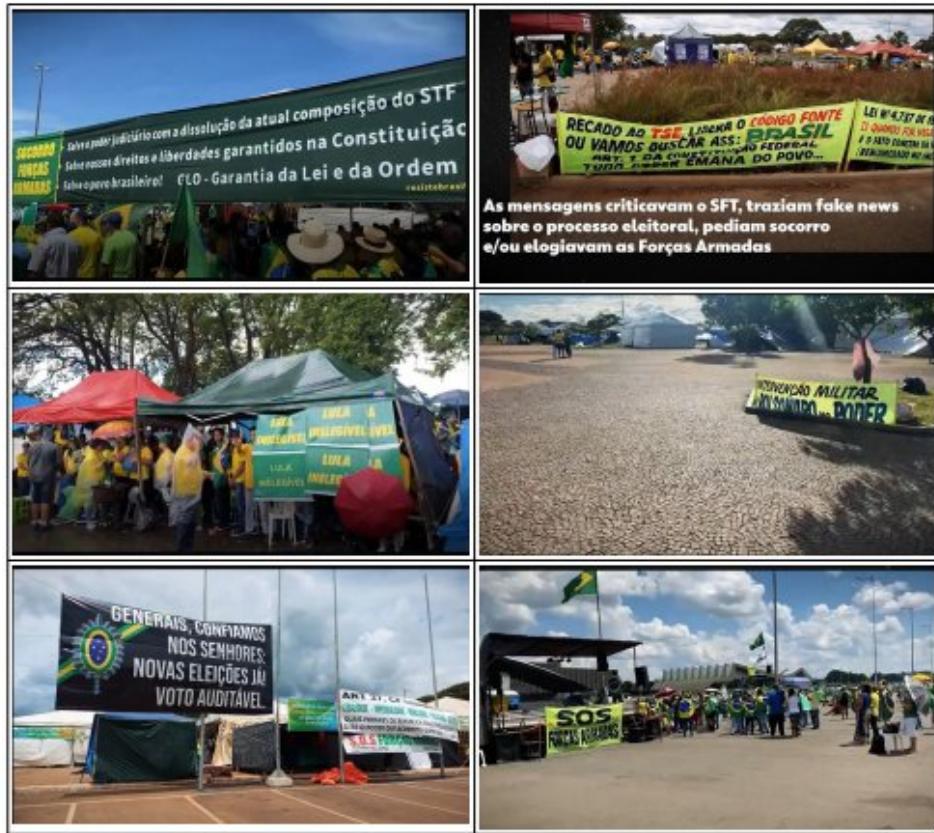
do Exército, nesta cidade de Brasília/DF.

Ressalte-se, novamente, a declaração do réu, no interrogatório policial, de que foi a Brasília para fazer parte dos acampamentos, nos quais havia diversas faixas de teor antidemocrático, o que demonstra sua adesão consciente à conduta perpetrada.

Sobre o acampamento, ficou exaustivamente demonstrado, por meio das imagens que acompanharam a denúncia, tratar-se de local extremamente organizado (contando, inclusive, com gerador de energia elétrica), dotado de autêntica divisão de tarefas e funções (barracas destinadas ao carregamento de aparelhos de telefonia celular, barracas destinadas ao entretenimento de crianças, barracas destinadas à distribuição de comida, barracas destinadas à distribuição de água, barraca destinada a atendimentos de saúde, barraca destinada à atividade de massoterapia, barraca destinada ao recebimento de doações, entre outras). Observou-se, ademais, a existência de diversas faixas e *banners* com dizeres relacionados a temas políticos, envolvendo o ex-Presidente da República e o atual, restando evidenciado o intuito de provocar animosidade entre as Forças Armadas e os demais Poderes da República (conclamando a operação de Garantia da Lei e da Ordem, a novas eleições e a intervenção militar nesse sentido, fls. 07 do eDoc. 01).

O crime de incitação ao crime equiparada pela animosidade das Forças Armadas contra os Poderes Constitucionais foi consumado, com dolo livre e consciente do réu, com a exteriorização pública da incitação às Forças Armadas para romper a ordem constitucional, o que revelou-se essencial e determinante para os eventos de 8 de janeiro de 2023.

AP 1629 / DF



Observe-se, ainda, que, mesmo após os atos de 8 de janeiro de 2023, o réu permaneceu no acampamento, resultando em sua prisão em flagrante em 9 de janeiro de 2023, o que reforça a demonstração de sua adesão à finalidade golpista e antidemocrática, que visava à abolição do Estado de Direito.

Portanto, inequívoca a comprovação de que o réu aderiu à turba golpista que se encontrava em frente ao Quartel-General do Exército, pleiteando um golpe de Estado com intervenção militar e abolição violenta do Estado Democrático de Direito, de modo a levar ao fechamento dos poderes constituídos, tudo com base em leitura totalmente equivocada e deturpada do art. 142 da Constituição Federal, de modo a forçar as Forças Armadas, submetidas ao Presidente da República, a ir de encontro a sua missão constitucional.

A participação ativa do réu na dinâmica golpista, portanto, ficou

AP 1629 / DF

amplamente comprovada, assente de qualquer dúvida, por meio de seu interrogatório judicial e o teor do depoimento das testemunhas em juízo inquiridas, consumando a infração penal prevista no artigo art. 286, parágrafo único, do Código Penal.

Diante de todo o exposto, CONDENO o réu ARIOLDO RODRIGUES JÚNIOR pela prática do crime previsto no art. 286, parágrafo único, do Código Penal (incitação ao crime equiparada pela animosidade das Forças Armadas contra os Poderes Constitucionais).

4. DISPOSITIVO

DIANTE DO EXPOSTO, JULGO PROCEDENTE A PRESENTE AÇÃO PENAL PARA CONDENAR O RÉU ARIOLDO RODRIGUES JÚNIOR nas penas dos artigos 286, parágrafo único, (incitação ao crime equiparada pela animosidade das Forças Armadas contra os Poderes Constitucionais) e 288, *caput* (associação criminosa), na forma do artigo 69, todos do Código Penal.

5. DOSIMETRIA DA PENA

Passo a dosar a pena a ser-lhe aplicada, de acordo com o critério trifásico descrito no art. 68 do Código Penal.

A dosimetria da pena deve levar em conta as circunstâncias judiciais previstas no art. 59 do Código Penal em relação a cada caso concreto, de acordo com suas circunstâncias, pois encerra certa discricionariedade judicial para a sua efetivação, não havendo critérios matemáticos que vinculem o número de vetores positivos ou negativos previsto no referido artigo, com bem destacado pela eminente Min. ROSA WEBER:

“A dosimetria da pena é matéria sujeita a certa discricionariedade judicial. O Código Penal não estabelece

AP 1629 / DF

rígidos esquemas matemáticos ou regras absolutamente objetivas para a fixação da pena" (HC 132.475 AgR/SP, Primeira Turma, Rel. Min. ROSA WEBER, DJe de 23/8/2016).

A identificação de circunstância desfavorável ao réu, a depender de sua gravidade, pode ensejar um acréscimo mais intenso na pena do que a presença, em outro contexto, de duas ou mais vetais negativas, que, no entanto, inspiram, em seu conjunto, menor grau de censurabilidade. Nesse sentido, o Min. EDSON FACHIN, em voto proferido na AP 863/SP, julgada pela Primeira Turma em 23/5/2017, assinalou que:

"(...) a jurisprudência desta Suprema Corte não agasalha posicionamentos voltados a identificar relação matemática entre o número de vetais negativas do art. 59 do Código Penal e um percentual de aumento a ser aplicado sobre o mínimo da pena para cada uma delas, quando da fixação da pena-base."

Nesse mesmo sentido: TPA 5, Rel. Min. Min. EDSON FACHIN, Tribunal Pleno, DJe. 21/3/2019; AP 971, Rel. Min. EDSON FACHIN, Primeira Turma, DJe. 11/10/2016; AP 644 ED-ED, Rel. Min. GILMAR MENDES, Segunda Turma, DJe. 21/2/2019; HC 99.270, Rel. Min. MARCO AURÉLIO, Primeira Turma, DJe. 9/10/2015; RHC 128.355, Rel. Min. MARCO AURÉLIO, Primeira Turma, DJe. 24/10/2017; RHC 152.050 AgR, Rel. Min. DIAS TOFFOLI, Segunda Turma, DJe. 28/5/2018; HC 107.409, Rel. Min. ROSA WEBER, Primeira Turma, DJe. 10/5/2012; HC 132.475 AgR, Rel. Min. ROSA WEBER, Primeira Turma, DJe. 23/8/2016.

Vejam-se, ainda, as seguintes decisões monocráticas: HC 166.548 MC, Rel. Min. EDSON FACHIN, DJe. 19/12/2018; HC 206.750, Rel. Min. GILMAR MENDES, DJe. 01/10/2021; RHC 152.036, Rel. Min. LUIZ FUX, DJe. 08/02/2018; ARE 1.224.175, Rel. Min. RICARDO LEWANDOWSKI, DJe. 2/9/2019; HC 208.353, Rel. Min. CÁRMEN LÚCIA, DJe. 17/11/2021;

AP 1629 / DF

RHC 212.338, Rel. Min. ROSA WEBER, DJe. 9/3/2022.

Assim, para a fixação da PENA BASE, no caso concreto, revela-se acentuada a **CULPABILIDADE DO RÉU**, pois nesta fase como juízo de reprovabilidade ou censurabilidade da conduta, percebe-se que houve enorme extração daquela que é própria da prática da infração penal.

O réu se associou a grupo criminoso cujos propósitos denotam a recalcitrância à observância de regras mínimas de estabelecimento e manutenção da própria ordem político-social do país, na busca por uma ruptura institucional com um golpe de Estado, Intervenção Militar e fim do Estado Democrático de Direito, inclusive tendo participado da associação com a sua presença no acampamento em frente ao Quartel-General do Exército.

Destaca-se que mesmo em liberdade o réu deliberadamente descumpriu as medidas cautelares a ele impostas, tendo rompido a tornozeleira eletrônica em 23/9/2024 (eDoc. 72) e fugido de sua residência, e mesmo com prisão decretada em 18/10/2024, o acusado teve o mandado de prisão cumprido em seu desfavor somente em 6/3/2025, permanecendo foragido por quase 5 (cinco) meses.

Verifica-se, portanto, o claro comportamento desafiador do réu, em claro desrespeito à lei, ao SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL e ao Poder Judiciário. Além de descumprir as medidas cautelares impostas, o réu ainda incidiu em outros crimes, o que demonstra a sua atitude de total desprezo ao convívio em sociedade (**CONDUTA SOCIAL**).

As **CIRCUNSTÂNCIAS JUDICIAIS**, portanto, são amplamente prejudiciais ao réu.

Tendo por parâmetro as circunstâncias judiciais acima balizadas, considerando que **2 (duas) delas são desfavoráveis ao réu (CULPABILIDADE, CONDUTA SOCIAL)**, justifica-se o estabelecimento da pena acima do mínimo legal, como, aliás, posiciona-se esta CORTE SUPREMA (AP 694 ED, Primeira Turma, Rel. Min. ROSA WEBER, DJe de 27/11/2017; AP 470 EDJ-sextos, PLENÁRIO, Rel. Min. JOAQUIM BARBOSA, DJe de 10/10/2013; AP 892, Primeira Turma, Rel. Min. LUIZ FUX, DJe de 20/5/2019; RHC 193.143, Primeira Turma, Rel. Min. MARCO AURÉLIO, DJe de 18/3/2021; HC 113.375, Segunda Turma, Rel. Min. GILMAR MENDES, DJe de 1º/8/2012; HC 203.309 AgR, Primeira Turma,

AP 1629 / DF

Rel. Min. ROBERTO BARROSO, DJe de 4/10/2021; RHC 84.897, Primeira Turma, Rel. Min. EROS GRAU, DJe de 17/12/2004; HC 118.876, Segunda Turma, Rel. Min. RICARDO LEWANDOWSKI, DJe de 11/2/2014; HC 107.501, Primeira Turma, Rel. Min. CARMEN LÚCIA, DJe de 19/5/2011; HC 8.284, Segunda Turma, Min. CEZAR PELUSO, DJ. De 24/4/2007; HC 76.196, Segunda Turma, Rel. Min. MAURÍCIO CORREA, DJ de 29/9/1998. Destaca-se, desse último julgamento, o seguinte trecho: “ quando todos os critérios são favoráveis ao réu, a pena deve ser aplicada no mínimo cominado; entretanto, basta que um deles não seja favorável para que a pena não mais possa ficar no patamar mínimo” .

Estabelecida as premissas de aplicação das circunstâncias judiciais do art. 59 do Código Penal, passo à análise das demais etapas da fixação de pena para cada infração penal.

5.1) art. 288, *caput*, do Código Penal (Associação Criminosa)

Dispõe a norma penal do artigo 288, *caput*, do Código Penal:

Associação Criminosa

Art. 288. Associarem-se 3 (três) ou mais pessoas, para o fim específico de cometer crimes:

Pena - reclusão, de 1 (um) a 3 (três) anos.

Com base nas circunstâncias judiciais do art. 59 do Código Penal, anteriormente analisadas, AMPLAMENTE DESFAVORÁVEIS AO RÉU, fixo a pena-base em 2 (dois) anos de reclusão.

Pena definitiva. Ante a inexistência de causas de aumento e de diminuição, torno a **pena-base em definitiva em 2 anos de reclusão**.

AP 1629 / DF

5.2) art. 286, parágrafo único, do Código Penal (incitação ao crime equiparada pela animosidade das Forças Armadas contra os Poderes Constitucionais).

Dispõe a norma penal:

Incitação ao crime

Art. 286 – Incitar, publicamente, a prática de crime:

Pena - detenção, de três a seis meses, ou multa.

Parágrafo único. Incorre na mesma pena quem incita, publicamente, animosidade entre as Forças Armadas, ou delas contra os poderes constitucionais, as instituições civis ou a sociedade.

Com base nas circunstâncias judiciais do art. 59 do Código Penal, anteriormente analisadas, AMPLAMENTE DESFAVORÁVEIS AO RÉU, fixo a pena-base em 5 (cinco) meses de detenção.

Pena definitiva. Ante a inexistência de causas de aumento e de diminuição, torno a **pena-base em definitiva em 5 (cinco) meses de detenção.**

6. TOTAL DAS PENAS E REGIME INICIAL DE CUMPRIMENTO.

Consideradas as penas para cada crime acima fixadas, e a existência de concurso material (CP, art. 69), FIXO A PENA FINAL do réu ARIOLDO RODRIGUES JÚNIOR, em 2 (dois) anos e 5 (cinco) meses, sendo 2 (dois) anos de reclusão como incursão no crime do artigo 288 do Código Penal, e 5 (cinco) anos de reclusão e, em relação ao crime do artigo 286, parágrafo único, do Código Penal, em 5 (cinco) meses de detenção.

AP 1629 / DF

Nos termos da Súmula nº 719 deste SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL: “*a imposição do regime de cumprimento mais severo do que a pena aplicada permitir exige motivação idônea*”.

A fixação do regime inicial de cumprimento da pena não está atrelada, de modo absoluto, ao *quantum* da sanção corporal aplicada. Desde que o faça em decisão motivada, o magistrado sentenciante está autorizado a impor ao condenado regime mais gravoso do que o recomendado nas alíneas do § 2º do art. 33 do Código Penal.

No caso concreto, destaca-se que mesmo em liberdade o réu deliberadamente descumpriu as medidas cautelares a ele impostas, com a informação de rompimento de cinta em 23/9/2024 e notícia de fuga da residência.

Diante dos descumprimentos das medidas cautelares, decretei a prisão preventiva do acusado em 18/10/2024, tendo sido efetivada a prisão em 6/3/2025 e mantida posteriormente por decisão proferida em 26/3/2025, encontrando-se, atualmente, em prisão domiciliar, acrescida de medidas cautelares, conforme decisão que proferi em 11/4/2025.

Verifica-se, portanto, que o comportamento do réu **ARIOLDO RODRIGUES JÚNIOR** demonstra um total desrespeito ao ordenamento jurídico e ao Poder Judiciário.

Do mesmo modo em que o acusado descumpriu as medidas cautelares, o comportamento do réu revela que este repetirá o desrespeito à lei e, consequentemente, o descumprimento de eventual pena restritiva de direito, em uma tentativa de evitar o cumprimento da pena. Assim, deixo de substituir a pena privativa de liberdade em pena restritiva de direitos, uma vez que as particularidades do caso e a gravidade concreta dos crimes demonstram que, efetivamente, o regime semiaberto se mostra mais adequado para a repressão dos delitos praticados.

Dessa forma, fixo o regime semiaberto para o início do cumprimento da pena, nos termos do art. 33, §2º, “b”, c/c § 3º do Código Penal.

AP 1629 / DF**7. CONDENAÇÃO AO PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO MÍNIMA (ART. 387, IV, DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL). FIXAÇÃO DE MONTANTE A TÍTULO DE DANOS MORAIS COLETIVOS, EM FAVOR DO FUNDO PREVISTO NO ARTIGO 13 DA LEI 7.347/1985.**

A Procuradoria-Geral da República apresentou pedido de condenação do réu ao pagamento de indenização mínima, conforme artigo 387, IV, do Código de Processo Penal, a título de danos morais coletivos evidenciados pela prática dos crimes objeto da denúncia.

Os eventos descritos na denúncia, relacionados aos acampamentos golpistas montados em frente ao Quartel-General do Exército, resultaram em significativos prejuízos financeiros tanto para os cofres públicos quanto para a população em geral. Segundo informações reveladas pela imprensa (<https://www.metropoles.com/distrito-federal/exercito-gastou-quase-r-400-mil-durante-atos-golpistas-no-qg-de-brasilia>), o Exército Brasileiro gastou quase R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais) em operações de segurança e manutenção da ordem no entorno dos acampamentos. Esses gastos, que envolvem não apenas a presença de forças de segurança, mas também operações logísticas e de apoio, para manutenção da ordem, representam um ônus significativo ao erário público, haja vista que referido montante poderia ser direcionado a políticas públicas essenciais em prol da população brasiliense.

Além do gasto com segurança, os dispêndios relativos à limpeza urbana, nos dias que se seguiram à desocupação dos acampamentos, merece destaque, na medida em que, conforme noticiado (<https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2023/01/09/slu-recolhe-60-toneladas-de-lixo-de-acampamento-no-qg-do-exercito-em-brasilia.ghtml>), o Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal recolheu 60 toneladas de resíduos, gerando custos elevados, que envolveram não

AP 1629 / DF

apenas a utilização de quinze caminhões de lixo, como também a utilização de trabalhadores que poderiam ser alocados em outras atividades, além de aumentar riscos com a saúde pública e a propagação de doenças.

Quanto ao ponto, dispõe o art. 91, inciso I, do Código Penal:

“São efeitos da condenação:

I - tornar certa a obrigação de indenizar o dano causado pelo crime”.

Já o art. 387, IV, do Código de Processo Penal estabelece que:

“O juiz, ao proferir sentença condenatória:

(...)

IV - fixará valor mínimo para reparação dos danos causados pela infração, considerando os prejuízos sofridos pelo ofendido”.

A necessidade de indenização pelos danos morais advindos da prática dos crimes é indiscutível nos autos, haja vista o prejuízo difuso e coletivo causado pela ação da horda golpista, que visava à ruptura institucional, com a abolição do Estado Democrático de Direito e a deposição do governo legitimamente eleito, mediante violência, vandalismo e significativa depredação ao patrimônio público. Certo é, ainda, que referida horda já se encontrava em acampamentos espalhados pelo país – o que inclui o acampamento localizado em frente ao Quartel-General do Exército – desde a proclamação do resultado das Eleições Gerais de 2022.

Sobre dano moral coletivo, merece destaque a lição de Carlos Alberto Bittar Filho:

AP 1629 / DF

“Quando se fala em dano moral coletivo, está-se fazendo menção ao fato de que o patrimônio valorativo de uma certa comunidade (maior ou menor), idealmente considerado, foi agredido de maneira absolutamente injustificável do ponto de vista jurídico: quer isso dizer, em última instância, que se feriu a própria cultura, em seu aspecto imaterial. Tal como se dá na seara de dano moral individual, aqui também não há que se cogitar de prova da culpa, devendo-se responsabilizar o agente pelo simples fato da violação (*damnun in re ipsa*)” (Dano moral coletivo no atual contexto brasileiro. Revista de Direito do Consumidor n. 12. São Paulo : Revista dos Tribunais, out-dez, 1994, p. 55).

No caso dos autos, é patente a frontal violação ao dever de observância à Constituição Federal e a seus valores supremos, calcados no Estado Democrático de Direito, “destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias”.

Conforme destaquei em minha posse na Presidência do TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL:

A Democracia não é um caminho fácil, exato ou previsível, mas é o único caminho.

A Democracia é uma construção coletiva daqueles que acreditam na liberdade, daqueles que acreditam na paz, que acreditam no desenvolvimento, na dignidade da pessoa humana, no pleno emprego, no fim da fome, na redução das desigualdades, na prevalência da educação e na garantia da saúde de todos os brasileiros e brasileiras.

A Democracia é uma construção coletiva de todos que

AP 1629 / DF

acreditam na soberania popular, e mais do que isso, de todos que confiam na sabedoria do povo, que acreditam que nós, autoridades do Judiciário, Executivo e Legislativo, somos passageiros, mas que as Instituições devem ser fortalecidas, pois são permanentes e imprescindíveis para um Brasil melhor, para um Brasil de sucesso e progresso, para um Brasil com mais harmonia, com mais Justiça Social, com mais igualdade e solidariedade, com mais amor e esperança!!!

Em suma, portanto, é de se destacar que o que pode ser extraído do caso presente é o absoluto desrespeito a princípios constitucionais de observância obrigatória, sobre os quais não pode ser admitida qualquer margem ou limite transacional.

Desta forma, restaram configuradas nos autos a materialidade e autoria delitiva, em vista do que emerge como consectário lógico a obrigação de indenização pelos danos decorrentes do delito, conforme art. 91, I, do Código Penal, e art. 387, IV, do Código de Processo Penal.

Imprescindível ainda assentar que a sentença ou acórdão penal condenatório, ao fixar o valor mínimo para reparação dos danos causados pela infração (art. 387, IV, do CPP), poderá condenar o réu ao pagamento de danos morais coletivos.

Esta SUPREMA CORTE já se manifestou no sentido de que a condenação criminal pode fixar o valor mínimo para reparação dos danos causados pela infração (art. 387, IV, do CPP), podendo incluir nesse montante o valor do dano moral coletivo (STF. Segunda Turma. AP 1.002/DF, Rel. Min. EDSON FACHIN, julgado em 9/6/2020 e AP 1.025, Rel. Min. EDSON FACHIN, julgada pelo Plenário em 1º/6/2023).

No recente julgado do Plenário do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL na mencionada AP 1.025, Rel. Min. EDSON FACHIN, versando caso com reconhecimento de malferimento do patrimônio público a partir das condutas praticadas pelos acusados, cuja inteligência, guardadas as devidas especificidades, pode facilmente ser agora

AP 1629 / DF

renovada, decidiu-se, a partir da leitura dos art. 5º, X, da Constituição Federal; art. 186 do Código Civil; o art. 6º, VI e VII, do Código de Defesa do Consumidor; do art. 1º, VIII, da Lei n. 7.347/1985, pela demonstração do necessário nexo causal entre a conduta praticada pelos acusados e o dano moral coletivo ocasionado à sociedade brasileira:

“Diante da ofensa a direitos difusos, ou seja, pertencentes a titulares indeterminados, os danos morais coletivos, no caso em análise, têm função eminentemente punitiva, razão pela qual a sua quantificação deve ser guiada primordialmente pelo seu caráter pedagógico, que acolhe tanto a prevenção individual como a geral.”

Por tal razão, fixo como valor mínimo indenizatório a título de danos morais coletivos a quantia de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), a ser adimplido de forma solidária pelos condenados em favor do fundo a que alude o art. 13 da Lei 7.347/1985. A referida soma deverá ser corrigida monetariamente a contar do dia da proclamação do resultado do julgamento colegiado, incidindo juros de mora legais a partir do trânsito em julgado deste acórdão.

8. CONCLUSÃO

Diante de todo o exposto, **JULGO PROCEDENTE A AÇÃO PENAL para CONDENAR o réu ARIOLDO RODRIGUES JÚNIOR à pena de 2 (dois) anos e 5 (cinco) meses, sendo 2 (dois) anos de reclusão e 5 (cinco) meses de detenção**, pois incurso, em concurso material (CP, art. 69), nos artigos:

- (1) art. 288, *caput*, do Código Penal (Associação Criminosa) **à pena de 2 (dois) anos de reclusão;**
- (2) art. 286, parágrafo único, do Código Penal

AP 1629 / DF

(incitação ao crime equiparada pela animosidade das Forças Armadas contra os Poderes Constitucionais) à pena de 5 (cinco) meses de detenção.

CONDENO o réu ARIOLDO RODRIGUES JÚNIOR no pagamento do valor mínimo indenizatório a título de danos morais coletivos de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), a ser adimplido de forma solidária pelos demais condenados, em favor do fundo a que alude o art. 13 da Lei 7.347/1985.

Fica fixado o regime semiaberto para o início do cumprimento da pena.

Após o trânsito em julgado:

- (a) lance-se o nome do réu no rol dos culpados;
- (b) expeça-se guia de execução definitiva;
- (c) oficie-se à Secretaria de Estado de Administração Penitenciária do Estado de São Paulo para indicação de Colônia Penal.

Custas pelo condenado (art. 804 do Código de Processo Penal).

É O VOTO.